

Economistas pedem novo acordo

ESTADO DE SÃO PAULO

Descentralização das negociações e até troca de moedas estão entre as sugestões

MARIA APARECIDA DAMASCO

A suspensão temporária do pagamento da dívida externa ganhou o apoiados quatro participantes do debate promovido ontem pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo, para lançamento da mais recente edição da **Carta de Conjuntura**: o ex-diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas, os professores Arno Meyer, da FGV-Rio, e Winston Fritsch, da PUC-Rio, e o diretor da área internacional do Banespa, Fernando Sefton. Eles ressaltam, porém, que essa "moratória branca" poderia ser utilizada pelo governo para ousar algum tipo de inovação — e não para buscar mais um acordo de curto prazo, como tudo parece indicar.

Freitas, com a experiência de quem esteve à frente das negociações entre 85 e 88, recomenda uma mudança radical na estratégia. "O governo continua preocupado com a engenharia financeira do acordo, ou seja, com deságios, prazos, carências etc., em vez de atacar a origem dos problemas", diagnostica. Na sua avaliação, atualmente não há restrições de balanço de pagamentos para garantir a rolagem da dívida. O País tem condições de acumular as divisas necessárias para enviar ao Exterior.

O que há é uma enorme restrição fiscal. Em outras palavras, uma brutal transferência interna de recursos; para que o grande devedor, o Tesouro, tenha condições de honrar seus compromissos. Por isso, ele sugere uma negociação descentralizada: cada mutuário ou cada grupo de mutuários — empresas privadas, estatais, Municípios, Estados e União — renegociaria sua dívida, em condições específicas.

PIOR QUE O MÉXICO

O economista Arno Meyer alertou sobre a necessidade de o Brasil escapar da trilha mexicana. Ele considera que o acordo fechado pelo México, dentro dos moldes do Plano Brady, não atende sequer aos interesses do próprio México. E dificilmente o Brasil conseguiria as mesmas condições: não só devido ao seu "mau comportamento" como porque não tem a mesma importância para os Estados Unidos. Na hipótese de o País obter o mesmo desconto negociado pelo México (35% sobre o principal) e



Luiz Luppi/AE

Fritsch: "Os grandes bancos ainda preferem a conversão"

todos os bancos consentirem em reduzir o principal, as transferências líquidas ao Exterior cairiam apenas US\$ 1,8 bilhão por ano e o principal teria um abatimento de US\$ 14 bilhões.

Winston Fritsch também concorda que a aplicação pura e simples do Plano Brady não resolve os problemas do Brasil. Mais uma vez, não se consegue a adesão de todos os credores ao programa de redução da dívida do país. Os grandes bancos relutam em aceitar essa fórmula, sob o argumento de que não podem engolir as mesmas perdas de uma pequena instituição, emprestadora eventual. Eles manifestam uma clara preferência pelo mecanismo de conversão da dívida, para o qual já estão aparelhados. "A suspensão dos pagamentos é

a única forma de impor perdas a esses bancos e obrigá-los a negociar novas regras", justifica Fritsch.

A mudança mais polêmica, porém, foi sugerida por Fernando Sefton. Ele propõe a troca da moeda na qual é expressa a dívida externa: do dólar para o franco suíço. A razão, segundo Sefton, é a alta taxa de juros ligada ao dólar. De acordo com suas contas, se em 1970 o Brasil tivesse contraído sua dívida em francos, teria obtido uma economia de juros de US\$ 71,9 bilhões e uma redução do principal para US\$ 90,5 bilhões. Os outros participantes do debate rechaçaram a proposta de Sefton, sob a alegação de que ela se baseia num equilíbrio de forças passado — que ninguém sabe se irá persistir.

Uma equipe negociadora

BRASÍLIA — O governo está preparando uma grande equipe de técnicos especializados em dívida externa para que tenha condições de dar ao próximo governo uma retaguarda na negociação com os credores externos. Composta por um núcleo base de oito pessoas, a equipe, na verdade, engloba aproximadamente 20 técnicos que estão se especializando nos mais diversos aspectos da negociação da dívida. Todos são funcionários de carreira e estão sendo treinados desde fevereiro, incluindo seminários no Exterior.

O secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, disse que a formação da equipe foi decidida porque, qualquer que seja o futuro presidente e a linha

de negociação que adotar, ele precisará de técnicos que conheçam a fundo o problema e tenham a memória do que já foi feito. Amaral lembrou que, no caso do México, a troca de títulos da dívida exigiu a redação de contratos em oito tipos de moedas, um problema complexo, novo e que exige elevado grau de conhecimento da questão.

Ontem, em depoimento na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Sérgio Amaral disse que a aprovação do projeto de lei do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que determina o pagamento da dívida com base do valor dos títulos da dívida no mercado secundário prejudicará a negociação com os credores no atual e no futuro governo.